

ANAIIS

2024

II SEMINÁRIO

Direitos humanos,
antirracismo e olhares
transversais nas políticas
sociais

QUESTÃO DA(S) JUVENTUDE(S)



Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Direitos Humanos Antirracismo e Olhares Transversais
nas Políticas Sociais (2. : 2024 : Londrina, PR)
Anais II Seminário Direitos Humanos, Antirracismo
e Olhares Transversais nas Políticas Sociais
[livro eletrônico] : questão da(s) juventude(s) /
[organização Andréa Pires Rocha]. -- 1. ed. --
Londrina, PR : Ed. dos Autores, 2024.

PDF

Vários autores.

Vários colaboradores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-01-22580-7

1. Antirracismo 2. Direitos humanos 3. Políticas
sociais públicas 4. Temas transversais I. Rocha,
Andréa Pires. II. Título.

24-238484

CDD-361.614

Índices para catálogo sistemático:

1. Direitos humanos : Bem-estar social 361.614

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



MULHERES, JUVENTUDES E MEMÓRIAS: AS MARCAS AFETIVAS DA MILITÂNCIA

Eixo 3: Práxis das lutas e protagonismos

Débora Pedroza Morelato ¹

Bruna Koyama Germinara ²

Sonia Regina Vargas Mansano ³

RESUMO

O projeto objetivou investigar como as atividades de ativismo, liderança e militância impactam a vida de mulheres jovens, valendo-se de informações acessadas na internet. A pesquisa foi estruturada em duas fases: a primeira envolveu uma análise teórica do conceito de lutas sociais e suas repercussões no cotidiano. Na sequência houve um mapeamento documental a fim de identificar histórias de mulheres militantes no Paraná. Como resultado foram analisadas duas histórias de jovens militantes, seus desafios e lutas. O estudo concluiu que ações realizadas na juventude impactam as trajetórias de vida e dão visibilidade a práticas que prezam pela expansão do coletivo.

Palavras-chave: ativismo; liderança comunitária; militância; mulheres; história

ABSTRACT

The project aimed to investigate how activism, leadership and militancy activities impact the lives of young women, using information accessed on the internet. The research was structured in two phases: the first involved a theoretical analysis of the

¹ Discente do curso de graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina. Bolsista de Iniciação Extensionista pela Fundação Araucária. E-mail: debora.pedroza@uel.br

² Discente do curso de graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina. Participante colaboradora do projeto de extensão. E-mail: bruna.germinara@uel.br

³ Psicóloga e coordenadora do projeto. Docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina, doutora em Psicologia Clínica pela PUC/SP. E-mail: mansano@uel.br

Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

concept of social struggles and their repercussions on everyday life. Subsequently, there was a documentary mapping to identify stories of women militant in Paraná. As a result, two stories of young militants, their challenges and struggles were analyzed. The study concluded that actions carried out in youth impact life trajectories and give visibility to practices that value the expansion of the collective.

Keywords: activism; community leadership; militancy; women; history

1. INTRODUÇÃO

Não ande nos bares, esqueça os amigos
Não pare nas praças, não corra perigo
Não fale do medo que temos da vida
Não ponha o dedo na nossa ferida
(Elis Regina, 1982)

Evocar a memória da juventude que resistiu à ditadura militar é fundamental para a preservação da história e o fortalecimento da democracia. Esses jovens, que pagaram muitas vezes com suas vidas e liberdades, se opuseram à opressão e defenderam ideais de justiça e liberdade, consolidando-se como símbolos de coragem e resistência. Ao rememorar suas lutas, destacam-se seu legado e se promove a conscientização das novas gerações sobre a importância da resistência a regimes autoritários. Essa memória coletiva desempenha um papel crucial ao alertar continuamente sobre os riscos inerentes à perda de direitos e liberdades.

O engajamento com práticas de ativismo, liderança e militância das mulheres desempenha um papel central na promoção de transformações significativas nas dinâmicas sociais e políticas das comunidades. Ao longo do tempo, as mulheres têm enfrentado desafios sistêmicos e discriminação, respondendo a essas situações por meio de um notável ativismo. Seja na busca pela igualdade de gênero, na defesa dos direitos reprodutivos, na participação política efetiva ou no combate à violência de gênero, as mulheres têm liderado movimentos que desafiam normas estabelecidas e

Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

inspiram outros cidadãos a se envolverem na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

As ações de mulheres na micropolítica cotidiana voltada para o bem comum é extensa e vai desde a liderança comunitária, passando pelo ativismo e pela militância. Há distinção entre essas denominações? Consultando a literatura, é possível conceber o líder comunitário como um agente de mudança, engajado na transformação das instituições sociais e na emancipação de indivíduos em situações de exclusão e opressão. Dentro desse contexto, os líderes comunitários conseguem identificar os recursos, potencialidades e necessidades da comunidade, contribuindo para que esta adquira poder e capacidade cívica para promover mudanças e alcançar seus objetivos (Evans, 2012 apud LOPES, 2021). Pigg (1999) ressalta que a liderança comunitária não está restrita a uma autoridade formal, podendo emergir organicamente das relações estabelecidas dentro da própria comunidade. Anteriormente, acreditava-se que a liderança era um traço inato. Entretanto, essa visão foi desmistificada, reconhecendo-se que a liderança é socialmente construída em situações cotidianas, podendo, inclusive ser ensinada e aprendida. Nesse contexto, um dos atributos do líder comunitário é descobrir as competências e capacidades do grupo, estimulando cada membro a contribuir ativamente na busca por soluções para os problemas presentes e futuros da comunidade.

Já em relação às denominações ativismo e militância observa-se que, muitas vezes no cotidiano, há uma utilização intercambiável das expressões, considerando-as sinônimas, devido à sua afinidade na promoção de ações que visam intervir nas normas sociais preexistentes. Contudo, tais termos denotam metodologias discrepantes, conforme explicitado por Veiga-Neto (2012):

A militância – como uma *actio militaris* – e o ativismo são, ambos, da ordem do agir para frente, da ação para uma mudança de posição, da ação para uma outra situação diferente da que se tem. Mas enquanto aquela se rege pela lógica da obediência hierárquica, este se funda na maior liberdade possível e permitida pela combinação entre a díade pensável-dizível e o visível (p. 273).

Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

A militância pode ser caracterizada por uma estrutura que se assemelha à de um cenário de guerra. Isso envolve a definição de espaços e períodos em uma abordagem operacional, identificando locais e momentos específicos para a execução de ações relacionadas a algum tipo de conflito em curso. Ela pressupõe a participação ativa de indivíduos ou grupos em causas específicas, buscando instigar mudanças e advogar por ideais determinados. No contexto brasileiro, a terminologia militância tem sido associada a diversas formas de envolvimento político e social, abrangendo desde movimentos sociais até partidos políticos (SALLES, 2018)

Dentre as nomenclaturas aqui estudadas temos também o ativismo. Essa prática é, primariamente, caracterizada pela colaboração entre indivíduos que compartilham um senso de solidariedade e identidade. Seu propósito central é promover alterações na ordem social vigente, seja integralmente ou em partes específicas, por meio de ações frequentemente não institucionais. Dessa forma, visa influenciar os desdobramentos dos processos sociais e políticos, abarcando valores, práticas sociais e decisões institucionais de governos e organizações envolvidas na formulação de políticas públicas (MACHADO, 2007). Esse sentimento de conexão e pertencimento é essencial para fortalecer o movimento ativista. Quando as pessoas se unem em prol de uma causa comum, elas não apenas compartilham objetivos e metas, mas também se apoiam mutuamente emocionalmente. Esse vínculo fortalecido pela solidariedade é o que impulsiona o ativismo para além do simples número de participantes, tornando-o em um elemento de transformação social.

Diante do exposto, ressalta-se a urgência de manter uma atenção sensível, e constante sobre a defesa dos direitos das populações, uma vez que tais direitos permanecem sujeitos a ameaças. É crucial, portanto, promover a disseminação de informações sobre ativismo e liderança feminina, garantindo que esses conhecimentos sejam amplamente acessíveis e que os ganhos já alcançados não sejam revertidos. Essa divulgação efetiva e contínua é essencial para fortalecer a conscientização pública e

sustentar o progresso em direção à igualdade de gênero e à justiça social (PIRES, MOTTA, 2020).

2. TRAJETÓRIAS DE MILITÂNCIA: CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Com esse delineamento conceitual prévio, voltamos a atenção a um mapeamento documental de mulheres ativistas que atuam no estado do Paraná, selecionando dois casos que possibilitaram compreender, em uma esfera micropolítica e localizada, quais os impasses afetivos gerados nas suas histórias de vida e sua relevância política para a comunidade. As duas histórias que aqui serão apresentadas e analisadas estiveram implicadas com as ações de militância durante a juventude, demonstrando o quanto esse momento da existência é crucial para colocar quem questiona as regras hegemônicas dos poderes vigentes e as possibilidades de transformação.

As histórias foram selecionadas a partir dos relatos presentes no livro “Depoimentos para a História: A Resistência à Ditadura Militar no Paraná” (OLIVEIRA, SAHD, CALCIOLARI, 2014). Além do livro, analisaram-se os depoimentos completos disponíveis no YouTube e foram complementados pelos artigos “Gênero, Memória e Ditadura: A Militância Política de Lídia Lucaski no Paraná” (CONRADI, 2020) e “Memórias do Sótão: Vozes de Mulheres na Militância Política contra a Ditadura no Paraná” (CONRADI, 2015). Dessa forma, entende-se que

A invisibilidade feminina foi entendida como um silêncio político embasado em estratégias de poder, por apagar as trajetórias femininas (...). E, para contrapor tal afirmação, as vozes das mulheres foram ouvidas, transcritas e analisadas. Somente elas poderiam, a partir de suas memórias, trazer à luz suas trajetórias e suas performances (CONRADI, 2015, p. 43).

Intentamos, na apresentação desses relatos, trazer à luz as histórias de vida das mulheres que, durante sua juventude, militaram contra a ditadura, valorizando não

apenas seus pontos de vista e vozes, mas também seus nomes e relevância histórica. Hoje, elas são reconhecidas por suas existências complexas, uma vez que são plenas de contradições, lutas, vitórias, amores, tristezas, alegrias, ressentimentos e desafios (CONRADI, 2015).

3. RESULTADOS: MULHERES, MEMÓRIAS E AFETOS

Tendo esse cenário em vista, apresentaremos na sequência alguns fragmentos de entrevistas das duas militantes selecionadas, que foram analisados com base no referencial teórico da Psicologia Social, atentando aos desdobramentos relacionais e afetivos dessa vinculação.

3.1 Elizabeth Franco Fortes

Durante seu período de formação universitária, participou ativamente do movimento estudantil, em um contexto de intensa efervescência cultural, com acesso à leitura, cinema, teatros e grande agitação na faculdade. Em 1968, foi detida em São Paulo por participar do Congresso da UNE em Ibiúna, juntamente com outros estudantes paranaenses, sendo somente liberta uma semana depois e em seguida condenada a um ano e meio de reclusão. A experiência de detenção ilustra as dificuldades e sacrifícios enfrentados por muitos militantes em suas lutas por justiça e transformação social.

Ao longo de sua narrativa, Elizabeth destaca a importância do companheirismo e da permanência em grupo para manter a força de luta, visto que o sentimento de insegurança era constante, assim como a sensação contínua de risco de morte e a perseguição acadêmica. Essas experiências ressaltam a necessidade de contar com redes de apoio mútuo, fundamentais para sustentar as ações de resistência das militantes. Elizabeth conta que ficou muito tempo sendo vigiada, mesmo após ser solta, tentando voltar a uma vida normal. Tentou retomar o curso de Jornalismo na UFPR, mas

Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

por dois anos sua matrícula foi recusada. Professores recebiam ordens para reprová-la sistematicamente, obrigando-a a mudar de instituição para concluir seus estudos.

Apesar do reconhecimento e respeito pela militância, essa atividade também implica discriminação, rotulagem negativa e falta de compreensão por parte das pessoas, estejam elas próximas ou distantes. Além disso, algumas lideranças enfrentaram dificuldades nos estudos formais devido à militância, seja por não darem continuidade, seja por demorarem mais tempo para concluir seus estudos. Para algumas jovens, a militância representou a renúncia à educação formal (BALTAZAR, 2004). Além disso, ao descrever o medo constante que sentiu após sua prisão, acompanhado por uma sensação persistente de perseguição, Elizabeth expõe:

Confesso que os primeiros dias eram assustadores, por que depois que você fica um ano e meio presa em uma cadeia, você é muito insegura, tem-se medo de tudo (...). Minha mãe via que tinha o tempo todos havia pessoas nos vigiando, não vigia somente a mim, mas a casa toda (FORTES, 2014,).

Mesmo com todas as adversidades, Elizabeth seguiu em suas atividades de militância firmando seu compromisso com a transformação social que se estendeu para além dessas práticas e trouxe efeitos significativos na organização política de nosso país.

3.2 Lídia Lucaski

A história de vida de Lídia Lucaski, uma militante ambientalista nascida em Araucária, cidade localizada no estado do Paraná, revela uma trajetória de engajamento político e resistência marcada por vínculos familiares, experiências pessoais e contextos históricos adversos. Seu crescente interesse pelo teatro a conectou com universitários engajados em projetos teatrais de resistência no início dos anos 1960, um contexto social crucial para o desenvolvimento de sua consciência política.

Em 1968, com a implementação do Ato Institucional Número Cinco (AI-5), Lídia se envolveu ativamente em diversas formas de resistência, incluindo reuniões, debates,

Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

apresentações teatrais, manifestações e pichações. Sua participação nas atividades do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e sua residência na Casa do Estudante Universitário de Curitiba (CEUC) ilustram sua imersão no movimento estudantil e na luta contra a ditadura. Essa imersão no ativismo estudantil, além de uma questão de oposição ao regime, demonstrava o poder da ação coletiva. Lídia acreditava que, através da união e da mobilização das vontades individuais, seria possível criar uma força capaz de desafiar a ditadura. A experiência nas atividades do DCE e na CEUC proporcionou a construção de um sujeito político coletivo, onde cada indivíduo tinha um papel essencial na luta maior pela liberdade e justiça. Em suas palavras:

A gente se sentia muito revolucionário que podia mudar o mundo, mas não foi bem assim não (...) Era militância direta, passeatas, comício relâmpago, roda manifesto na clandestinidade, confeccionar cartazes, sair depois para rua e ser preso. Invasão de UPA, tomada da Reitoria e prisões se sucediam, não tinha mais como ficar neutro se estava contra a repressão (LUCASKI, 2014).

Com o endurecimento normativo e valorativo do regime, Lídia sabia que seria presa, e por isso, foi levada para o Rio de Janeiro. Seus contatos com membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB), da igreja e com Branca Moreira Alves permitiram que ela fosse conduzida à clandestinidade para fora do país. A narrativa de sua fuga e vida no exílio é permeada pela incerteza e medo, sem saber se poderia retornar ao Brasil. Sua história evidencia as múltiplas formas de engajamento e resistência, os riscos enfrentados e a coragem necessária para desafiar um regime opressor. As experiências relatadas por Lídia fornecem uma compreensão profunda dos desafios específicos enfrentados pelas mulheres militantes, ampliando a narrativa histórica sobre a resistência à ditadura e destacando a importância da memória e do testemunho na preservação dessa história de luta.

A militância, embora realizada com paixão e prazer, também acarretou desgastes, cansaço e desafios, tanto na atuação em movimentos sociais quanto na vida pessoal e familiar. Nota-se, por sua história, que apesar de proporcionar ganhos e realizações, a militância é inseparável de sacrifícios e adversidades.

4. CONSIDERAÇÕES

Ao final deste percurso, fica evidente que as mulheres, ligadas a movimentos de ativismo e militância na juventude, ensinam a importância de uma abordagem cuidadosa e seletiva em relação aos encontros e afetos nas atividades coletivas. Elas destacam que nem todos os encontros coletivos são construtivos ou acolhedores, e que é crucial manter uma escuta analítica para discernir entre aqueles que fortalecem o coletivo e aqueles que podem causar desgaste e frustração. Não há garantias nas alianças estabelecidas entre grupos, pois os encontros e os afetos são diversos, variáveis e transitórios. Isso exige uma constante análise sensível sobre os vínculos e rupturas proporcionados pelos encontros, considerando as flutuações de poder que surgem dessas interações (MANSANO, et.al, 2024).

A trajetória de Lídia e Elizabeth, como revelada através de suas narrativas, vai muito além de uma simples reconstrução de eventos passados. Suas histórias representam um processo contínuo de reinvenção das próprias trajetórias de vida, profundamente marcadas por uma complexa teia de memórias e afetos que misturam ressentimentos, vitórias, frustrações e conquistas. Cada memória revisitada e cada experiência reavaliada permitem que elas ressignifiquem o passado, não apenas como uma série de acontecimentos, mas como um terreno fértil para a construção de novas perspectivas sobre si mesmas e sobre o mundo ao seu redor (CONRADI, 2020).

Ao revisitar suas vivências durante o período da ditadura militar, Lídia e Elizabeth não se limitam a relatar suas histórias; elas criam um diálogo crítico e necessário com o presente. Esse processo de autorreflexão e narrativa pessoal funciona como um poderoso ato de resistência, desafiando as tentativas históricas de apagar ou minimizar o papel das mulheres e da juventude nas lutas políticas. Ao se posicionarem como protagonistas de suas próprias histórias, elas reafirmam sua agência como sujeitos

Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

políticos, reivindicando o espaço que lhes foi negado na narrativa oficial da história hegemônica (CONRADI, 2020).

Documentar e analisar as histórias dessas jovens militantes é, portanto, um ato de subversão contra a ideia largamente difundida de que a luta contra a ditadura foi predominantemente masculina. Ao revisitar essas vozes, reconhecemos e celebramos a contribuição única das mulheres na construção de novos paradigmas de ação política e resistência. As memórias de Lídia e Elizabeth não são apenas registros do passado; elas são sementes que florescem no presente, criando possibilidades de engajamento político para as gerações futuras. Essas histórias pessoais exemplificam como as memórias individuais podem ser transformadas em ferramentas de reivindicação e transformação social. Elas mostram que a luta pela justiça, pela liberdade e pelos direitos humanos é um processo contínuo e dinâmico, sempre em evolução. Através das memórias e das experiências dessas mulheres, somos lembrados de que o passado não é um fim em si, mas uma base sobre a qual o presente e o futuro podem ser constantemente reinventados e reimaginados.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALTAZAR, B. **Os encontros e desencontros da militância e da vida cotidiana.** Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 20, n. 2, p. 183–190, maio 2004.

CONRADI, C. **Memórias do sótão: vozes de mulheres na militância política contra a ditadura no Paraná (1964-1985).** Curitiba, 2015. 266 p. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná.

CONRADI, C. Gênero, Memória e Ditadura: a Militância Política de Lídia Lucaski no Paraná. **História: Questões & Debates**, [S.l.], v. 68, n. 1, p. 261-296, dez. 2019.

ISSN 2447-8261. Disponível em:

<<https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/70916>>. Acesso em: 14 ago. 2024.
doi:<http://dx.doi.org/10.5380/his.v68i1.70916>.

EVANS, S. D. **Community leadership.** *Global Journal of Community Psychology Practice*, v. 3, n. 3, p. 1-6, 2012.

Direitos humanos, antirracismo e olhares transversais nas políticas sociais

REGINA, E. **Cartomante**. Elis Ao Vivo/1995 - YouTube. Disponível em:
<https://youtu.be/zNKccTS7tJQ?si=r4xL1qut0cKbTEmp>. Acesso em: 14 ago. 2024.

MACHADO, J. A. S. **Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais**. Sociologias [online]. 2007, n. 18 [Acessado 25 Abril 2023], pp. 248-285. Disponível em:
<<https://doi.org/10.1590/S1517-45222007000200012>>. Epub 13 Set 2007. ISSN 1807-0337. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222007000200012>.

MANSANO, S; MEZZARI, D; *et al.* **Ativismo, militância e liderança de mulheres: Diálogos que constroem um bem-estar comum**. Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos; Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais; Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental, v. 5, n. 1, p. e3464–e3464, 2024. Disponível em:
<<https://anais.uel.br/portal/index.php/conserdigeo/article/view/3464>>. Acesso em: 4 jul. 2024.

OLIVEIRA, A; SAHD, F; CALCIOLARI, S. **Depoimentos para a história: A resistência à ditadura militar no Paraná**. Curitiba: DHPaz, 2014.

PIGG, K. E. (1999). Community leadership and community theory: A practical synthesis. **Journal of Community Development Society**, 30(2), 196-212. PINHEIRO, D. C.; BORGES, R. C. O. **A importância da liderança comunitária no processo de desenvolvimento local**. Dezembro 2012. Email: observatoriodecultura@gmail.com.

PIRES, D; MOTTA CASTRO, A. **Todo espaço é político: ativismo de mulheres nas redes sociais**. Revista Docência e Cibercultura, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 143–161, 2020. DOI: 10.12957/redoc.2020.49604. Disponível em:
<https://www.epublicacoes.uerj.br/re-doc/article/view/49604>. Acesso em: 8 abr. 2024.

SALES, A. L. L. DE F.; FONTES, F. F.; YASUI, S. **Para (Re)Colocar um Problema: A Militância em Questão**. Trends in Psychology, v. 26, n. 2, p. 565–592, abr. 2018.

VEIGA-NETO, A. (2012). **É preciso ir aos porões**. Revista Brasileira de Educação, v. 17, n. 50, 2012.